Altera a Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, para garantir hídrica segurança às regiões do semiárido alimentar brasileiro e de programas o uso emergenciais de combate à seca nas áreas que especifica e para prever linhas de financiamento específicas para recomposição da pequena produção familiar e comunitária.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, para garantir segurança hídrica e alimentar às regiões do semiárido brasileiro e o uso de programas emergenciais de combate à seca em áreas rurais, prioritariamente, e em áreas urbanas, bem como em instituições públicas de ensino, e para prever linhas de financiamento específicas para recomposição da pequena produção familiar e comunitária.

Art. 2° A Lei n° 13.153, de 30 de julho de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

| , | "Art. | 3° | • • • • | <br> | <br> | <br> | <br> | <br> |
|---|-------|----|---------|------|------|------|------|------|
|   |       |    |         | <br> | <br> | <br> | <br> | <br> |

XI - melhorar as condições de vida das populações afetadas pelos processos de desertificação е pela ocorrência de secas, fomentando, quando necessário, linhas de financiamento específicas para recomposição da



| à sua segurança hídrica e alimentar;                 |
|--|
|  |
| "Art. 5°   |
| •              |
| XVIII - garantir a segurança hídrica e               |
| alimentar às regiões do semiárido, podendo,          |
| inclusive, em caráter emergencial, acionar programas |
| emergenciais existentes em áreas rurais,             |
| prioritariamente, e em áreas urbanas, bem como em    |
| instituições públicas de ensino que não disponham de |
| acesso pleno à água, de forma a assegurar a          |
| continuidade das atividades educacionais."(NR)       |
| Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua       |

pequena produção familiar e comunitária, com vistas

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 🌓 de abril de 2024.

ARTHUR LIRA Presidente



publicação.